

Gestão de Florestas Públicas

Relatório 2006

Brasília, 27-28 Março 2007

Relatório sobre a Gestão das florestas Públicas

- Art. 53. Caberá ao órgão gestor...no âmbito de suas competências:
- § 2º Encaminhar ao poder concedente, ao Poder Legislativo e ao conselho de meio ambiente, relatório anual sobre as concessões florestais outorgadas, o valor dos preços florestais, a situação de adimplemento dos concessionários, as vistorias e auditorias florestais realizadas e os seus resultados, assim como demais informações relevantes sobre o efetivo cumprimento dos objetivos da gestão de florestas públicas.
- § 3º O relatório deverá ser encaminhado ao CONAMA e ao Congresso Nacional até 31 de março de cada ano.

Sumário

1. Objetivos do relatório
2. Escopo do relatório
3. Estrutura do relatório
4. Conteúdo do relatório

1. Objetivos

1. Objetivos

- Atender o que determina a Lei sobre a apresentação de relatório sobre a gestão de florestas públicas
- Apresentar os principais passos que foram dados para a implementação da gestão de florestas públicas, em conformidade com o marco regulatório aprovado em março de 2006 (Lei 11.284)

2. Escopo do Relatório

2. Escopo do relatório

- A Gestão de Florestas Públicas;
- Informar Poder Concedente (MMA), Poder Legislativo (Congresso Nacional), os órgãos consultivos (CONAMA e CGFLOP) e a sociedade;
- Ações relacionadas à implementação da Lei 11.284, de 02/03/2006;
- Março 2006 a Março de 2007 (Ano de 2006);
- Conciso 35-40 páginas + Anexos.

3. Estrutura do Relatório

3. Estrutura do relatório

- **Capítulo I: O Primeiro Ano da Lei de Gestão de Florestas Públicas**
 - Resumo executivo do conteúdo do relatório
- **Capítulo II: A Gestão de Florestas Públicas**
 - Principais ações diretamente relacionadas à Gestão das Florestas públicas
- **Capítulo III: O Serviço Florestal Brasileiro**
 - Os avanços alcançados com relação à sua estruturação
- **Capítulo IV: Distritos Florestais Sustentáveis**
 - Conceito e informação sobre distritos planejados
- **Capítulo V: Prioridades para 2007**
 - Quais os focos ou metas a serem alcançadas no ano de 2007
- **Anexos**

4. Conteúdo do relatório

Capítulo I: A Gestão de Florestas Públicas

CONTEÚDO

- As florestas e a sua importância para o país
- A origem das discussões sobre a gestão de florestas públicas
- Do PL à Lei 11.284
- Os principais avanços no primeiro ano da Lei
- Objetivo do relatório
- Escopo do relatório

TEOR/FOCO

- Resumo executivo do conteúdo do relatório
- Introduzir/Contextualizar o leitor ao tema gestão de florestas públicas
- Objetivo do relatório
- Escopo do relatório
- 2 páginas

Capítulo II: A Gestão das Florestas Públicas

CONTEÚDO/ESTRUTURA

- 1 – Regulamentação
- 2 – Mecanismos de Transição para a implementação da Lei
- 3 - Áreas destinadas ao uso comunitário
- 4 - Áreas destinadas à proteção integral
- 5 – Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP)
- 6 - Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF)
- 7 – A Gestão de Florestas Públicas nos Estados

TEOR/FOCO

- Informar sobre os avanços alcançados em temas diretamente relacionados à GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS
- Informar sobre o conteúdo de cada tema
- Informar sobre as alternativas que estão sendo viabilizadas para a implementação da Lei
- Informar sobre números (áreas, quantidades, etc)
- 20-25 páginas (inclui tabelas e gráficos)

Capítulo II: A Gestão das Florestas Públicas

Continuação

CONTEÚDO/ESTRUTURA

1 – Regulamentação

- **Decreto 6.063** (20/03/07)
- **Resoluções do CONAMA**
 - Res 378 (19/10/06)
 - Res 379 (19/10/06)
- **Instrução Normativa dos Contratos de Transição**
 - IN 02 (10/08/06)
 - IN 01 (08/03/07)

TEOR/FOCO

- Listar as normas editadas em função da Lei de Gestão
- Mostrar que foram feitas com base em processos de consulta
- Lista e explicar os principais temas regulamentados (Decreto)

Capítulo II: A Gestão das Florestas Públicas

- Continuação

CONTEÚDO/ESTRUTURA

2 – Mecanismos de Transição

- Contratos de Transição
- Faixa de 100 km ao longo da BR-163
- Florestas Nacionais

TEOR/FOCO

- Apresentar os mecanismos de transição previstos na Lei
- Informar sobre os Contratos de Transição (passos para celebração e a situação atual dos 34 processos)
- Apresentar resultados sobre a identificação de áreas públicas na faixa de 100 km ao longo da BR-163 (tabelas e mapa)
- Apresentar informações sobre FLONAS e sua situação com relação a Planos de Manejo. Foco em Flonas da BR-163 e com Planos de Manejo aprovados. (mapa das Flonas do Brasil)

Capítulo II: A Gestão das Florestas Públicas

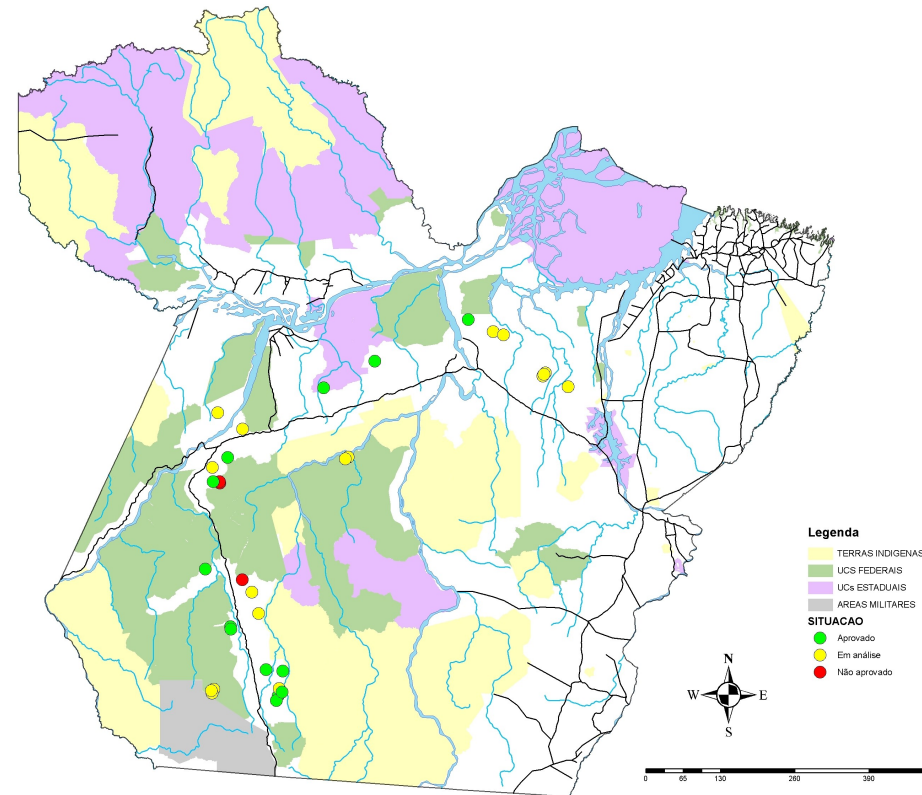
- Continuação

CONTEÚDO/ESTRUTURA

2 – Mecanismos de Transição

- Contratos de Transição
- Faixa de 100 km ao longo da BR-163
- Florestas Nacionais

Mapa Contratos de Transição



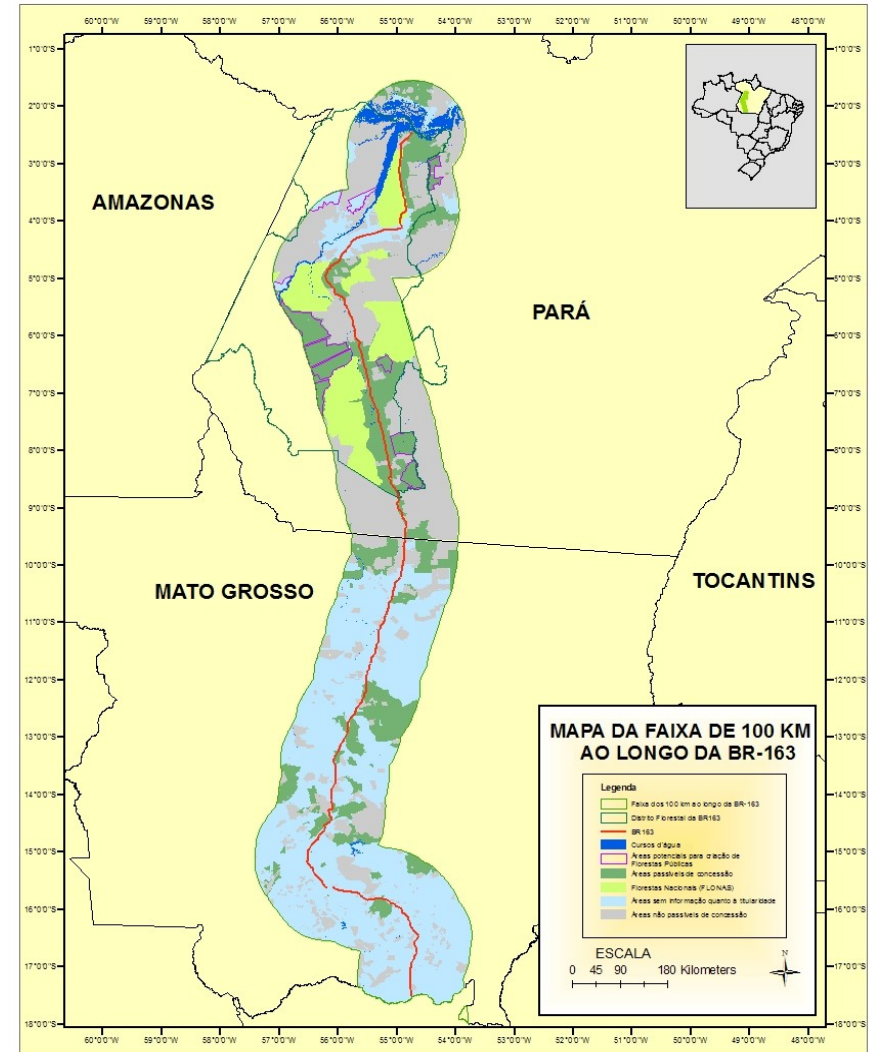
Capítulo II: A Gestão das Florestas Públicas

- Continuação

CONTEÚDO/ESTRUTURA

2 – Mecanismos de Transição

- Contratos de Transição
- Faixa de 100 km ao longo da BR-163
- Florestas Nacionais



Capítulo II: A Gestão das Florestas Públicas

- Continuação

CONTEÚDO/ESTRUTURA

2 – Mecanismos de Transição

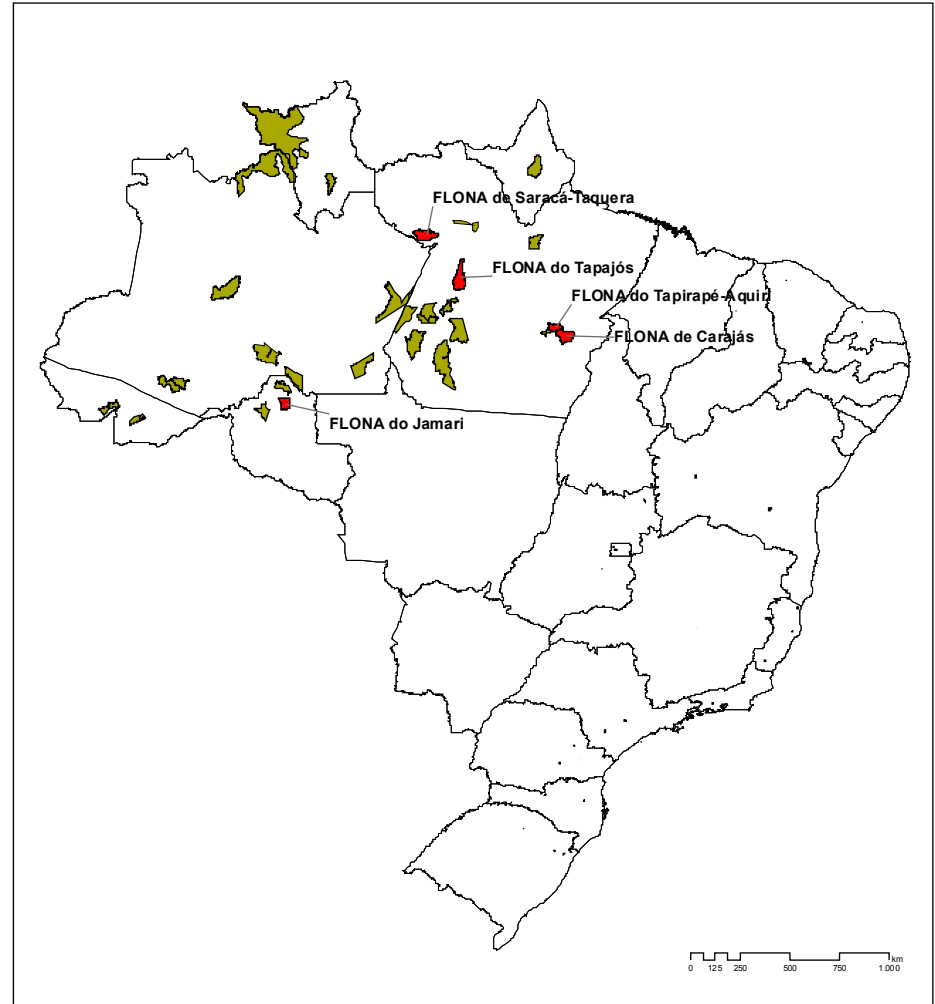
- Contratos de Transição
- Faixa de 100 km ao longo da BR-163
- [Florestas Nacionais](#)

FLONAS BRASIL/
DESTAQUE AMAZONIA COM
PLANO DE MANEJO

Áreas de Proteção Integral

■ FLONAS com Plano de Manejo Aprovado (Amazônia)

■ FLONAS sem Plano de Manejo Aprovado



Capítulo II: A Gestão das Florestas Públicas

Continuação

CONTEÚDO/ESTRUTURA

3 – Áreas destinadas ao uso comunitário

TEOR/FOCO

- A criação de áreas para a destinação comunitária tem relação com a Gestão de Florestas Públicas
- Apresentar o total de áreas por categoria (Resex, RDS, PAF/PDS, Terras Indígenas e Quilombolas)
- Apresentar números sobre a criação de áreas por categoria, a partir de 2006 (Lei)
- Dados apresentado em uma tabela

Capítulo II: A Gestão das Florestas Públicas

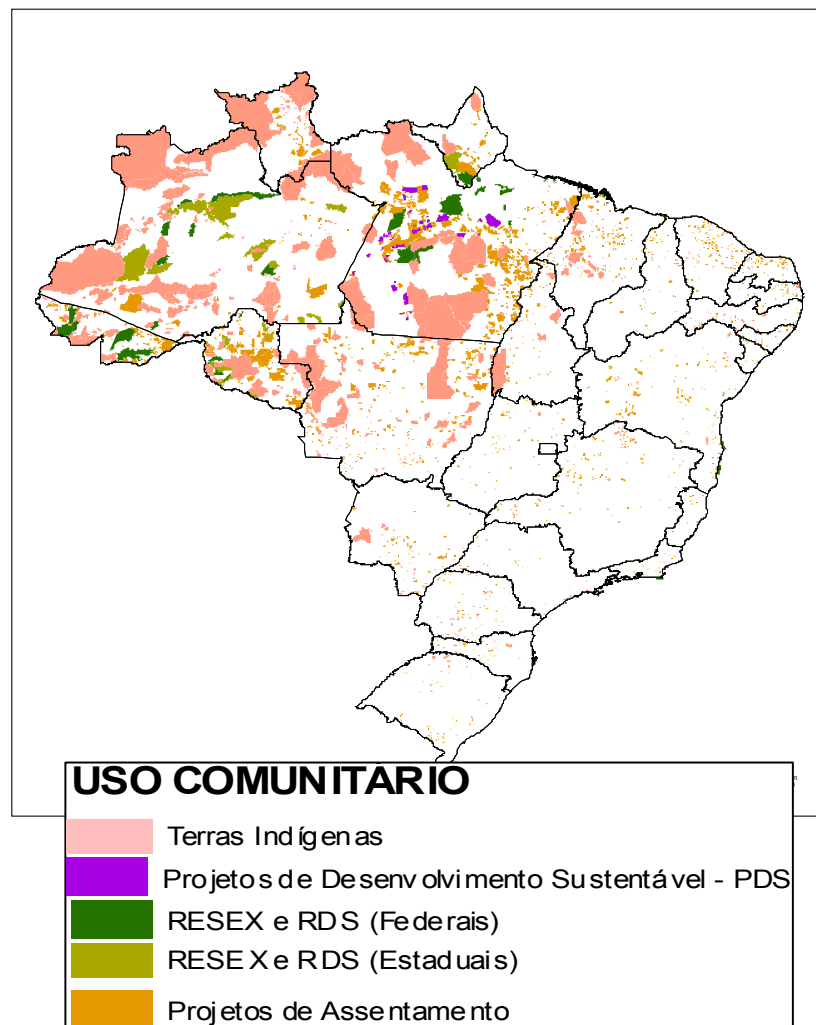
Continuação

CONTEÚDO/ESTRUTURA

3 – Áreas destinadas ao uso comunitário

Dados de Uso Comunitário

Tipo de unidade	Número de unidades	Área (ha)
Proj. de Assentamento Agr.	106	2.608.213
Proj de Assentamento Florestal	4	101.353
Proj. de Des. Sustentável	97	2.900.068
Proj. de Ass. Esp. Quilombola	7	182.333
Reservas Extrativistas	35	9.571.875
Res. Desenvolvimento Sustentável	6	7.529.623
Terras Indígenas	589	108.989.441
Total	844	131.882.906



Capítulo II: A Gestão das Florestas Públicas

Continuação

CONTEÚDO/ESTRUTURA

4 – Áreas destinadas à proteção integral

TEOR/FOCO

- A criação de áreas para a a proteção integral está sendo feita pelo Governo
- A criação de tais áreas é importante no contexto da gestão de florestas públicas
- Apresentar números sobre a criação de áreas por categoria, a partir de 2006 (Lei)
- Dados apresentado em uma tabela

Capítulo II: A Gestão das Florestas Públicas

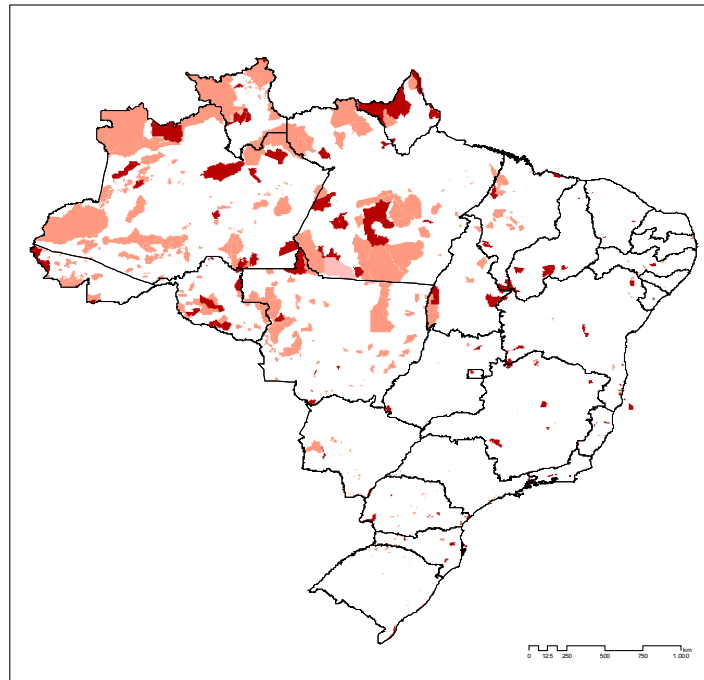
Continuação

CONTEÚDO/ESTRUTURA

4 – Áreas destinadas à proteção integral

Proteção Integral	categorias	Total
FEDERAIS	ESEC	7.188.253
	PARNA	21.964.568
	REBIO	3.859.678
	RVS	144.645
AREAS MILITARES		3.928.284
TERRAS INDIGENAS		108.968.419
TOTAL		146.053.846

TEOR/FOCO



Áreas de Proteção Integral

- Proteção Integral - Federal
- Terras Indígenas
- Áreas Militares

Capítulo II: A Gestão das Florestas Públicas

Continuação

CONTEÚDO/ESTRUTURA

5 – A CGFLOP (Comissão de Gestão de Florestas Públicas)

TEOR/FOCO

- É o órgão consultivo. Funções previstas.
- Foi regulamentada pelo Decreto No. 5.795 (05/06/06)
- Número de membros, Instituições e segmentos representados (Governo x Sociedade)
- Número de reuniões e onde os documentos estão (www.sfb.gov.br)
- O papel da CGFLOP na regulamentação da Lei (Decreto 6.063)

Capítulo II: A Gestão das Florestas Públicas

Continuação

CONTEÚDO/ESTRUTURA

5 – A CGFLOP (Comissão de Gestão de Florestas Públicas)



Sector	Instituição
Governo	Min. do Meio Ambiente - MMA
	Min. da Agricultura Pecuária Abastecimento - MAPA
	Min. da Ciência e Tecnologia - MCT
	Min. da Defesa
	Min. da Indústria e Comércio Exterior - MDIC
	Min. do Desenv. Agrário - MDA
	Min. do Planejamento e Gestão - MPOG
	Serviço Florestal Brasileiro
	Instituto Bras. Meio Ambiente e Rec. Nat. - IBAMA
	Instituto Nac. Colonização e Reforma Agrária - INCRA
	Empresa Bras. De Pesquisa Agropecuária - Embrapa
	Ass. Bras. Entidades Estaduais Meio Ambiente - ABEMA
	Ass. Nacional de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA
Sociedade	Conf. Nac. Trabalhadores Ind. de Madeira - CONTICOM
	Conf. Nac. dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG
	Coord. Org. Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB
	Sociedade Brasileira de Eng. Florestais - SBEF
	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC
	Oficina Escola de Lutheria da Amazônia - OELA/FBOMS
	Fed. das Indústrias do Mato Grosso - FIEMT/CNI
	Fed. das Indústrias Estado do Amazonas - FIEAM/CNI
	Ass. Indústrias Exp. de Madeira do Pará - AIMEX/CNI
	FASE/FBOMS
	Conselho Nacional dos Seringueiros - - CNS/FBOMS

Capítulo II: A Gestão das Florestas Públicas

Continuação

CONTEÚDO/ESTRUTURA

6 – PAOF (Plano Anual de Outorga Florestal)

TEOR/FOCO

- O que é (Lei 11.284)?
- Sua relação com os mecanismos de transição (... Até o primeiro PAOF...)
- Os principais pontos do PAOF que foram regulamentados pelo Decreto 6.063
- Quando o PAOF deve ser apresentado (até 31 de julho do ano anterior à sua vigência)

Capítulo II: A Gestão das Florestas Públicas

Continuação

CONTEÚDO/ESTRUTURA

7 – Gestão das Florestas Públicas nos estados

- Pará
- Acre
- Amazonas
- Amapá

TEOR/FOCO

- A Lei tem estimulado alguns estados a tomar medidas visando a gestão de suas florestas públicas
- Os pontos importantes deste processo: arranjo e estruturação institucional, criação de áreas e regulamentação
- Cada estado conduz processo de forma diferente
- Apresenta resumo sobre alguns estados
- Objetivo é mostrar ressonância da Lei nos estados

Capítulo II: A Gestão das Florestas Públicas

Continuação

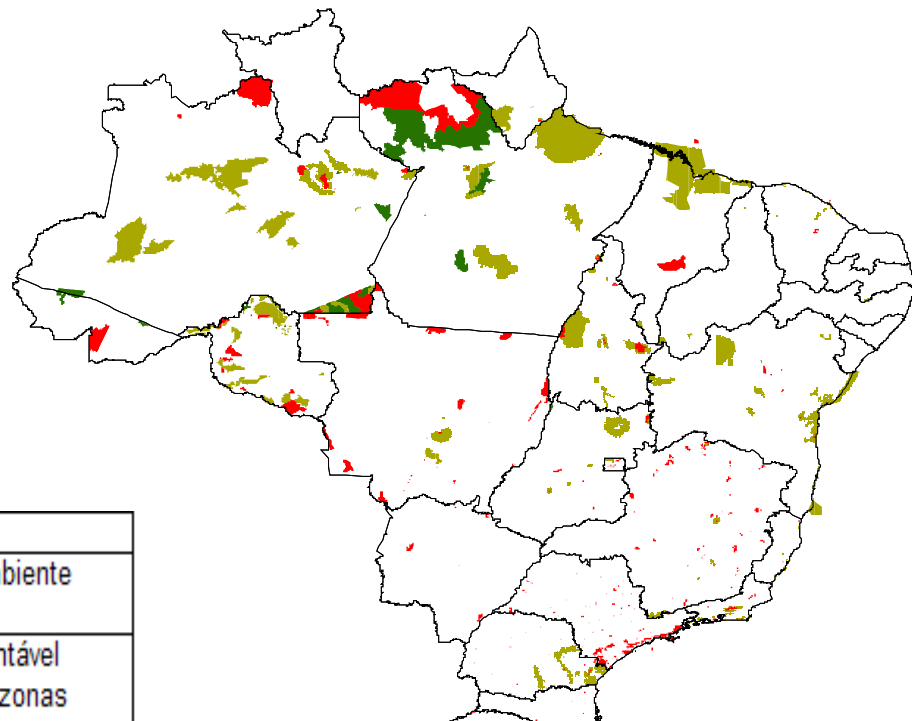
CONTEÚDO/ESTRUTURA

7 – Gestão das Florestas Públicas nos estados

- Pará
- Acre
- Amazonas
- Amapá

UF	SIGLA	Instituição
PA	SECTAM IDEFLOR	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente Instituto Estadual de Florestas
AM	SDS AFLORAM IPAAM	Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas
AC	SEF IMAC SEATER	Secretaria de Florestas Instituto de Meio Ambiente do Estado do Acre Secretaria da Assistência Técnica e Extensão Rural
AP	INFLORA SEMA	Instituto Estadual de Florestas (em criação) Secretaria de Estado do Meio Ambiente (em criação)

FLORESTAS ESTADUAIS



Áreas de Proteção Integral

Proteção Integral - Estadual

Áreas de Uso Sustentável

Uso Sustentável - Estadual

Uso Sustentável - Florestas Estaduais

Capítulo III: O Serviço Florestal Brasileiro

CONTEÚDO/ESTRUTURA

- 1 – Avanços na estruturação do Serviço Florestal
- 2 – Instrumentos de gestão em desenvolvimento

TEOR/FOCO

- Principais funções do órgão (Lei 11.284)
- Efetivo início das atividades (05/06/07)
- Regimento interno (minuta elaborada)
- Estrutura organizacional do órgão
- Política de transparência (disponibilidade de informações na página eletrônica)
- 5-6 páginas

Capítulo III: O Serviço Florestal Brasileiro

Continuação

CONTEÚDO/ESTRUTURA

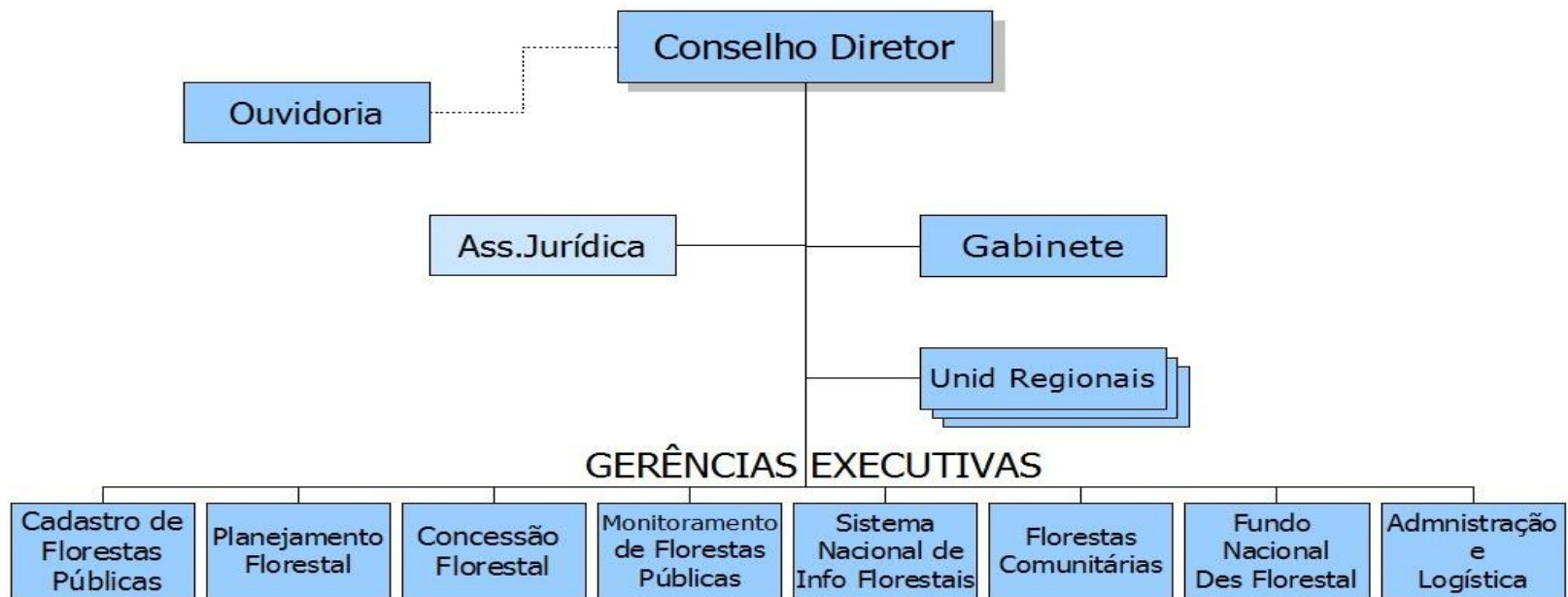
1 – Avanços na
estruturação do Serviço
Florestal

TEOR/FOCO

- Estrutura organizacional (Figura do Organograma do Serviço florestal)
- Principais competências de cada uma das 8 Gerências Executivas na forma de uma tabela

Capítulo III: O Serviço Florestal Brasileiro

Continuação



Capítulo III: O Serviço Florestal Brasileiro

Continuação

CONTEÚDO/ESTRUTURA

2 – Instrumentos de gestão em desenvolvimento

- Cadastro Nacional de Florestas Públicas
- Inventário Florestal Nacional (IFN-BR)
- Portal da Gestão Florestal
- Sistema de Monitoramento e Auditoria da Gestão de Florestas Públicas
- Sistema de Detecção da Exploração Florestal (DETEX)
- Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF)

TEOR/FOCO

- Apresenta explicação concisa sobre instrumentos de gestão que estão sendo construídos pelo Serviço Florestal

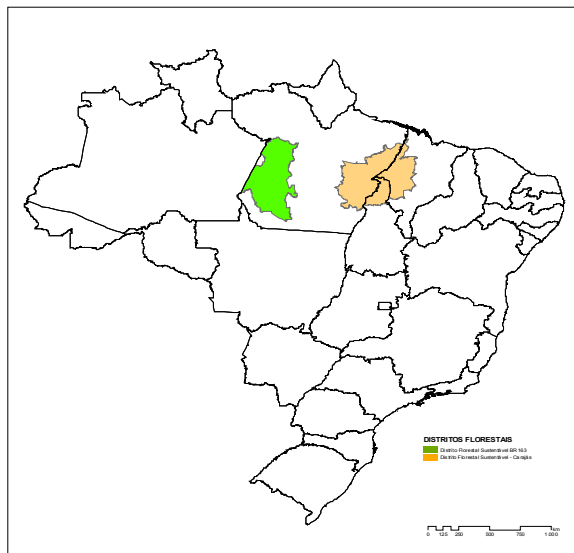
Capítulo IV: Distritos Florestais Sustentáveis

CONTEÚDO/ESTRUTURA

1 – Introdução

2 – Planejamento de Distritos Florestais Sustentáveis

- Distrito Florestal da BR-163
- Distrito Florestal do Carajás
- *Distrito Florestal Purus-Madeira*



TEOR/FOCO

- Apresenta os Distritos Florestais como uma estratégia de implementação da Lei
- Conceito de Distritos Florestais
- Critérios para definir a sua localização
- Apresenta figura com indicação de áreas potenciais para a implantação de Distritos Florestais no país
- Apresenta texto conciso com informações sobre distritos florestais que estão em fase de implantação ou planejamento

Capítulo IV: Distritos Florestais Sustentáveis

CONTEÚDO/ESTRUTURA

1 – Introdução

2 – Planejamento de Distritos Florestais Sustentáveis

- Distrito Florestal da BR-163
- Distrito Florestal do Carajás
- Distrito Florestal Purus-Madeira

TEOR/FOCO

- Apresenta os Distritos Florestais como uma estratégia de implementação da Lei
- Conceito de Distritos Florestais
- Critérios para definir a sua localização
- Apresenta figura com indicação de áreas potenciais para a implantação de Distritos Florestais no país
- Apresenta texto conciso com informações sobre distritos florestais que estão em fase de implantação ou planejamento

Capítulo V: Prioridades para o ano de 2007

CONTEÚDO/ESTRUTURA

- Apresentar o Cadastro Nacional de Florestas Públicas
- Finalizar os mecanismos de transição
- Realizar a 1ª. Licitação de contratos de concessão
- Implantar a gestão de florestas públicas nos Distritos Florestais Sustentáveis

TEOR/FOCO

- Apresentar de forma concisa quais serão as metas prioritárias para o ano de 2007
- Gestão de Florestas Públicas

Anexos

CONTEÚDO/ESTRUTURA

- Regulamentação (cópia de cada uma delas)
- Um Contrato de Transição
- Lista das Florestas Nacionais

TEOR/FOCO

- Apresentar cópia de documentos relevantes sobre a gestão de florestas públicas, relacionados ao primeiro ano